

## Apresentação

José Carlos Miguel  
Rodrigo Martins Bersi

**Como citar:** MIGUEL, José Carlos; BERSI, Rodrigo Martins (org.).  
Apresentação. *In:* MIGUEL, José Carlos; BERSI, Rodrigo Martins (org.).  
**Educação de Jovens, Adultos e Idosos:** marcos conceituais, práticas e políticas.  
Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 11-30.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-389-2.p11-30>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# Apresentação

---

O livro “Educação de Jovens, Adultos e Idosos: marcos conceituais, práticas e políticas” se constitui em esforço coletivo de docentes e discentes da UNESP, Câmpus de Marília, para contribuir no sentido de maior inserção da Educação Popular e particularmente da Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto oferta obrigatória pelo Estado, no contexto do debate acadêmico e político.

É fato que a educação de jovens, adultos e idosos progressivamente se coloca como amplo espaço de reflexões teóricas, mas ainda se nota certo descaso das políticas públicas, seja no sentido de reconhecimento dessa instância da educação básica, seja para com as implicações inerentes ao tão propalado objetivo de desenvolvimento social e econômico na realidade brasileira. Contraditoriamente, observa-se o fenômeno do fechamento de salas de aula e a conseqüente redução de vagas na EJA, a exigir em algumas situações a intervenção judicial para a garantia do direito inalienável à escolarização, reconhecido na Constituição Federal e na legislação educacional dela decorrente.

Reconhecidamente, vivemos um tempo no qual a desigualdade e a discriminação social progressivamente se tornam politicamente aceitas, arrefecendo de certo modo a atuação de agentes sociais e políticos nesse contexto, de modo que ao movimento de enfrentamento se impõe força cada vez maior dentro e fora do contexto institucional, exigindo uma nova epistemologia política.

Não se consolida esse movimento sem a efetividade de políticas públicas definidas com o objetivo de superação de, entre todos os indicativos de exclusão, dois dos mais evidentes, o analfabetismo e a baixa taxa de escolarização de amplo segmento da população brasileira, seguramente dimensões da vida nacional a envolverem maior contingente de sujeitos.

No conjunto dos textos a compor a coletânea, firma-se a convicção de que para além da dimensão política, o movimento necessário preconiza um encaminhamento teórico e metodológico que se pauta por uma contínua vinculação entre educação e sociedade. Impõe o reconhecimento da especificidade da Educação Popular, caracterizada pela diversidade, a exigir o reconhecimento da identidade cultural e das histórias de vida.

Assim, a transformação da realidade marcada pela exclusão educacional deve ter como partida a prática social na qual docentes e discentes podem se posicionar diferentemente porquanto são agentes sociais diferenciados; a problematização como reflexão acerca de questões que precisam ser resolvidas e o conhecimento necessário para tanto; a apropriação de instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas postos pela prática social; a catarse como efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados agora em elementos ativos da transformação social; e, por fim, a própria prática social, com a ascensão dos alunos ao nível sintético no qual se encontrava o professor no ponto de partida, de modo a reduzir também a precariedade da síntese dialética, por uma compreensão mais orgânica. Diversos estudiosos, como o leitor poderá constatar no livro, abordam essas questões, uma herança acadêmica a se estabelecer principalmente a partir do legado de Paulo Freire.

Por certo, várias definições de educação põem em destaque a ideia de transmissão de conhecimento, de socialização dos bens culturais, estabelecendo como o seu objetivo principal o exercício da cidadania. Compreende-se, então, a educação como uma ação transformadora que tem como referencial o ideário de pessoa humana, buscando fazer prevalecer valores que lhes são inerentes tais como a dignidade, o respeito e o seu aprimoramento, a partir de características e peculiaridades individuais.

Assim, a cultura pode ser compreendida como o produto, o resultado, a modificação que ocorre no sujeito ou no meio ambiente em função da ação do seu imaginário, da sua educação ou da sua instrução. Seria a resultante da construção do sujeito que se tornará culto ao enriquecer a sua personalidade pela apropriação de saberes academicamente constituídos e politicamente situados, tendo apreendido os modos de viver de seu povo e a capacidade de utilização das conquistas tecnológicas de sua geração.

Sob o nosso ponto de vista, em uma sociedade de classes a educação cumpre duplo papel absolutamente contraditório, ora contribuindo para a transformação social, ora reforçando o papel de alienação, a depender das ações postas em prática, dos sujeitos e invariantes envolvidos. Igualmente, é possível dizer que cultura é um conceito bilateral, ou seja, o homem cria a cultura e é influenciado por ela. Ambos os conceitos se referem à socialização, isto é, pressupõem o preparo do homem para o desempenho de papéis necessários ao ajustamento social, à sua inclusão como membro de uma determinada cultura.

Por isso, a cultura pensada como o movimento de luta política constitui grupos, de modo que a significação da cultura popular

resulta da polarização ideológica na afirmação de uma cultura contra a outra.

A consolidação das relações entre cultura, educação, sociedade e democracia pressupõe a formação de cidadãos preparados para a participação ativa nos procedimentos de tomada de decisão e de controle do exercício de poder. Isso traz consequências para a organização dos currículos da educação básica, ainda marcados pela perspectiva tecnicista, pelo paradigma técnico-linear, claramente voltado para a instrumentalização do mercado de trabalho. Se isto é, de certo modo, necessário, até por contemplar o desejo das pessoas por empregabilidade, também o é almejar uma tendência curricular orientada pelo paradigma dinâmico-dialógico, cuja dimensão de abordagem é a linguagem, seja na vertente de busca do consenso entre as pessoas, seja na vertente relativa ao exercício do poder político.

Pensar deste modo traz consequências para a organização das instâncias de formação, seja a escola, sejam os movimentos sociais: compreender a amplitude real do processo de apropriação de conhecimento, isto é, que não se aprende apenas e tão somente na escola; ampliar o espectro da tomada de decisão; acreditar que a apropriação de conhecimento é algo prazeroso; e, que todo conhecimento, de caráter científico ou comunitário, deve ser valorizado, o que implica na criação de ambientes colaborativos de ensino, aprendizagem e liderança.

Isso é o que sustenta os anseios de construção de uma sociedade democrática, livre e plural, dotada do atributo da tolerância e do respeito pelo outro e pelas diferenças. O momento nacional é altamente propício para essa reflexão.

A formação do ser humano *omnilateral* impõe o reconhecimento da cultura e da sociedade na qual educador e educandos estão inseridos, conhecer o significado das coisas e do mundo à luz da cultura a qual pertencem bem como os comportamentos e condutas que caracterizam os processos sociais que influenciam a educação como um todo e delimitam o processo de construção de uma sociedade solidária e preocupada verdadeiramente com a sustentabilidade.

Está posto o fato de a educação, por si, não ter o condão de mudar o mundo, mas pode transformar mentalidades, contribuindo para o advento de uma nova cultura com valores que se voltam para a humanização, para o respeito à natureza e para o desenvolvimento sustentável e solidário. Vida, ciência, cultura e democracia são valores universais, mas um depende do outro para se completar.

Não por acaso, a educação é concebida como o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses. Nenhum educador consciente de sua responsabilidade profissional pode negar que a educação tem caráter intencional e consolida um processo histórico, existencial e cultural tal como se sustenta no legado cultural deixado por Freire (2011)<sup>1</sup>. Mais que um método, o legado de Freire, em seu conjunto, representa para nós uma Filosofia de Educação. É uma tremenda contribuição cultural para o desenvolvimento dos povos de todo o mundo.

Considerar de forma articulada as relações entre educação, cultura, ciência e democracia implica em pensar a formação de um

---

1 FREIRE, Paulo. Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

sujeito capaz de revisões, de reinterpretações, o despojamento de preconceitos, a argumentação segura e respeitosa, a capacidade de diálogo, a preocupação com os fenômenos sociais e naturais.

Constitui ação processual cuja marca fundamental é o encontro de consciências no ato da aprendizagem haja vista que a educação, elemento fundamental da cultura de um povo, é uma socialização de uma consciência a outra, de alguma coisa que um já se apropriou e o outro ainda não. Implica uma transformação de personalidade porque modifica a personalidade do educador e simultaneamente a dos educandos.

Nesse sentido, a articulação necessária entre educação, ciência, cultura e democracia parece exigir a superação da visão tradicional de que é o desenvolvimento do ser humano que conduz à aprendizagem para assumir o corolário de que é a aprendizagem que conduz ao desenvolvimento da condição humana no sentido preconizado pela teoria histórico-cultural.

Por isso, a socialização do conhecimento, a depender da forma como for conduzida ou vivenciada e dos espaços de ocorrência, pode direcionar comportamentos e condutas das pessoas e tomando como base o conceito de cultura subjetiva ela envolve o modo como uma pessoa interpreta a realidade, incluindo as suas crenças, valores e caracteres de personalidade. Isso explica em grande monta o negacionismo e o obscurantismo marcantes no momento nacional.

De fato, a cultura possibilita a constituição de uma visão de mundo, a qual se materializa no processo de civilização. É uma construção complexa envolvendo conhecimentos, crenças, arte, moral, costumes, leis e outros hábitos e capacidades adquiridos pela pessoa humana em uma dada sociedade.

Com base nessas ideias e relações conceituais, a coletânea de textos que ora apresentamos envolve universo teórico amplo, mas rico em nuances e matizes do processo educativo. Passemos, então, a enunciar os fundamentos básicos de cada um dos estudos que o compõem.

No primeiro capítulo da coletânea, denominado “Projetos de Vida de Pessoas Idosas e a Educação de Jovens e Adultos: aproximações possíveis”, os autores Jefferson Mercadante e Valéria Arantes buscam aproximar a Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Educação ao Longo da Vida das recentes pesquisas acerca de projetos de vida de pessoas idosas, partindo do pressuposto de que a velhice é um fenômeno heterogêneo e desigual e de que a capacidade de realização de projetos é um processo inerente à condição humana, independente, portanto, da fase ou momento de vida do sujeito. Para tanto, primeiramente foi realizada importante revisão de literatura acerca dos pressupostos fundamentais desse debate: a velhice e o processo de envelhecimento; a Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da educação como um direito de todos; e o conceito de projetos de vida. Em seguida, a investigação compreendeu uma etapa bibliográfica, na qual se apresentou o levantamento bibliográfico de pesquisas em nível de mestrado e doutorado registradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações que tratam da temática de projetos de vida de pessoas idosas estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Os resultados apontam a educação como uma importante ferramenta para a ruptura com o paradigma de uma velhice desprivilegiada de sentido, abrindo possibilidades para pensar um novo modo de envelhecer, com respeito às expectativas, sonhos e projetos de vida das pessoas idosas.



Verificou-se, contudo, que ainda são raras no Brasil as pesquisas com ênfase nessa temática, sobretudo quando se considera o sujeito da Educação de Jovens e Adultos. Desse modo, buscaram lançar luz sobre os processos de envelhecimento com a construção e/ou ressignificação de projetos de vida de pessoas idosas estudantes da Educação de Jovens e Adultos com vistas ao fortalecimento de uma perspectiva educacional que entende a educação como engrenagem da transformação social e, por isso, defendem o acesso a contextos educativos de qualidade como contributo aos processos de envelhecimento com sentido para além de si.

Por sua vez, José Carlos Miguel, no texto “A educação matemática na EJA no contexto da teoria da atividade de estudo”, aborda o encaminhamento didático-pedagógico necessário para a formação de conceitos matemáticos, considerando-se a prevalência no ensino de Matemática de suas dimensões empírica, instrumental e utilitária, as quais pouco contribuem para o desenvolvimento efetivo do pensamento teórico, este definido no contexto do estabelecimento de relações e de coordenação de ações. O autor parte da hipótese de que a atividade de estudo é fator determinante para a formação dos educandos por exercer papel preponderante na formação dos conceitos e na constituição do pensamento teórico. Para isso, desenvolve ampla pesquisa bibliográfica em repositórios de artigos científicos, teses e dissertações, bem como o levantamento de indicadores de desempenho dos estudantes e análise documental acerca do conceito e da estrutura da atividade de estudo e do conteúdo matemático envolvido, enfatizando-se as dinâmicas entre os sujeitos no ambiente escolar, caracterizando essa cultura e as perspectivas teórico-metodológicas para a sua transformação. Foram levantados

dados sobre baixo rendimento escolar na área do conhecimento tendo como base os indicadores de avaliação em larga escala, os invariantes dos processos de formação inicial e continuada de educadores e marcas dos processos de difusão do conhecimento matemático na escolarização inicial. Os resultados indicam que a formação do pedagogo que ensina Matemática nesse nível de ensino exige além da compreensão dos processos didático-metodológicos, os conhecimentos específicos desta ciência para ter a condição de ensinar. Assim, o pensamento empírico se forma nas relações diretas com a realidade objetiva, apropriando-se do conhecimento imediato e disposto nas propriedades concretas e sensoriais do objeto. No entanto, se o pensamento empírico não é suficiente para o pleno desenvolvimento das funções intelectuais, também não pode ser compreendido como uma representação verbal qualquer, percebida imediatamente pelas vias sensoriais. Ele sempre tem um papel no processo, mas é preciso reconhecer que há um pensamento racional, cognoscitivamente complexo e formado a partir de bases empíricas, ou seja, o pensamento teórico avança, sendo concebido por intermédio da formação de conceitos teóricos e científicos, os quais são refletidos em ações mentais. O que impõe a transformação da cultura escolar.

Rafael de Melo Ferreira e Fabrício Mendes Pereira, no terceiro capítulo, apresentam instigante discussão denominada “Relações Dialéticas em Paulo Freire e G. W. F. Hegel: Práxis Educadora como Momento da Liberdade” na qual buscam compreender os paralelos, através das semelhanças e diferenças estabelecidas, entre os pensamentos de Paulo Freire e G.W. F. Hegel, visando contribuir para a prática educacional como ação libertadora. Estabelecem que

ambos buscam responder os problemas diferentes e característicos de seu tempo. E, por isso, tomaram caminhos diferentes para respondê-los. De modo geral, defendem que pode-se compreender que ambos os autores analisam as relações humanas como relações dialéticas intimamente ligadas. Concordam que ninguém está só no mundo e, portanto, estão colocados, ora como iguais, ora como opostos. Concluem no estudo que a educação surge, para cada um, como o momento no qual o indivíduo se percebe como livre. A diferença entre ambos está no modo como a libertação e a educação se relacionam.

No desenvolvimento do artigo denominado “Implicações da Pandemia da Covid-19 na Educação de Jovens e Adultos” os autores Rafael Seidinger de Oliveira, Daniel Vieira Sant’Anna e Paulo Alexandre Filho estabelecem que diante da pandemia da Covid-19, ações de saúde tiveram que ser introduzidas junto à população como estratégia para frear a contaminação do Coronavírus que se espalhava bruscamente. Sendo assim, vários setores da sociedade foram impactados de alguma maneira. Na área da educação, as aulas presenciais foram interrompidas e passaram a acontecer de forma remota com o auxílio das tecnologias, sendo que ante a essa mudança, os problemas sociais se tornaram ainda mais nítidos, principalmente para os estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade, onde se concentra grande parte dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Logo, este estudo promove uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas por esses alunos em um contexto de pandemia. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos científicos e feita uma análise documental em documentos do Ministério da Educação a fim de analisar os obstáculos enfrentados

por eles. Como método de pesquisa foi realizada uma triangulação das fontes de obtenção de dados com informações de pesquisas que aconteceram na Região Sul, Norte e Nordeste do Brasil. Neste sentido, foram observadas semelhanças entre as dificuldades encontradas pelos estudantes da EJA, bem como sinalizados alguns motivos da evasão desses alunos.

Maria Caroline Belfante escreve o capítulo denominado “A importância da Filosofia no ensino da Educação de Jovens e Adultos”. Este trabalho debate a importância do ensino de filosofia na educação de jovens e adultos e seus múltiplos aspectos, como sua relevância para o desenvolvimento cultural, a criação de consciência crítica, compreensão e defesa da democracia e a luta pela disseminação e prevalência da ciência contra as *fake news* na pandemia. Os alunos da EJA são, em sua maioria, pessoas de maior vulnerabilidade social, logo a filosofia permite que essas pessoas possam desenvolver um pensamento crítico e autônomo sobre sua realidade. Para o desenvolvimento deste trabalho, o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica e a análise documental sobre os dramas e as tramas a envolverem a situação na qual todo o mundo se viu repentinamente situado. Como resultado efetiva-se uma reflexão sobre a relevância desta disciplina para o desenvolvimento educacional pleno dos alunos.

Discutir a formação de educadores para a EJA é a preocupação central de Alexandra Rocha Okidoi Felipe, Elma Karina Costa Cardoso e Rafaela Carneiro de Freitas no artigo denominado “Educação de Jovens e Adultos (EJA): políticas públicas e ausência de formação continuada de professores em atividade”. Nele, as autoras discutem elementos da formação de professores para a Educação de

Jovens e Adultos (EJA), as políticas públicas voltadas para essa ação e as dificuldades provocadas pela ausência de formação específica para esses docentes. Como fundamentação teórica, realizaram uma pesquisa bibliográfica com autores que se ocupam com a temática, contribuindo com reflexões importantes sobre as políticas públicas e a necessária formação continuada dos docentes da EJA, temática ainda pouco presente na formação inicial de educadores. A conclusão a que chegamos é que de fato persistem os desafios e as dificuldades relativamente a este tipo de educação, assim como confirma a necessidade de formação urgente e necessária de todos os envolvidos, a partir do interior da própria escola.

No desenvolvimento do estudo “A Pesquisa na Formação Inicial do Professor: possibilidades de diálogos com a educação de jovens e adultos” os autores Fábio Borges dos Santos e Manuela Cristina Torcia Moreti procedem a reflexões acerca de possibilidades de contribuição do estudo da Educação de Jovens e Adultos durante a formação inicial do professor, tal como possibilidade de elucidação do papel mediador e humanizado que este profissional deve ter durante toda sua trajetória profissional. Apresentam também referencial teórico relevante sobre a temática e discutem o seu lugar de destaque na formação inicial do professor, bem como as contribuições que a Educação para Jovens e Adultos apresentam nesse sentido.

Letícia Vieira Florêncio e Jessyca Eiras Jatobá Santos fazem no capítulo denominado “A Luta Histórica da Educação Popular pelo Direito à EJA: abordagem filosófica sobre o tema da tolerância” uma interessante reflexão a respeito da insuficiente atenção dedicada à educação das pessoas jovens adultas e idosas (EJA) inseridas num

movimento histórico de exclusão promovido pelo Estado, que com a indefinição de uma efetiva política nacional para esta modalidade de ensino, provoca a invisibilidade daqueles que não se enquadram no ideal de humanidade hegemônico (seja ele em termos culturais, epistêmicos ou de padrões de funcionamento). Em meio a esta trama se acentua a exclusão de modo a perpetuar as desigualdades existentes no contexto social brasileiro. Nesse sentido, a visão promovida pela Educação Popular na década de 1960 no Brasil promove novos ares, ao trazer a reinvenção da criatividade e do compromisso com a educação, voltando-se para as especificidades das pessoas jovens, adultas e idosas analfabetas inseridas em diversos contextos de diferentes culturas compondo a sociedade brasileira sendo, elas mesmas, produtoras de cultura, uma vez que ante a tantas ausências do Estado, articulam e buscam adquirir saberes justamente porque o conhecimento sobre as dinâmicas das opressões que as interconectam é essencial para sua sobrevivência como titulares de direitos. Neste sentido, as autoras analisam filosoficamente a relação do Estado e as restritas medidas para garantia do direito público e subjetivo à educação para as pessoas jovens adultas e idosas, estudantes da EJA, face à política neoliberal de conceber a Educação como uma mercadoria, revelando intolerância com os arcabouços teóricos reunidos junto aos movimentos sociais, especialmente o Movimento de Educação Popular.

O texto produzido por Letícia de Campos Lauretti da Silva, Shirlei Calógero de Araújo de Oliveira e Renata de Fátima Fazolin Ferres de Souza promove interessante reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos em uma perspectiva dialógica e humanizadora. Trata-se de composição resultante de ações formativas e de atuação

profissional, considerando as discussões sobre o valor das vivências dos jovens e adultos em seu processo de desenvolvimento humano. A pesquisa é composta por uma análise bibliográfica e documental, estabelecendo que os resultados das reflexões elaboradas apontam para repensar o diálogo e a escuta nas salas de aulas da EJA, a fim de conhecer os saberes e as vivências dos alunos dessa modalidade da educação como ponto de partida para avançarem nas aprendizagens essenciais ao processo de humanização de jovens e adultos.

Ana Caroline Chepak de Souza Ferreira, em artigo denominado “Por uma Metodologia da Amorosidade nas Práticas de Alfabetização da EJA: cotejos entre Freire e Bakhtin” cumpre bem o objetivo declarado de estabelecer um diálogo entre os teóricos, buscando trazer suas proposições acerca da apropriação da leitura e da escrita numa perspectiva humanizadora, dialógica e de valorização do outro. Para tanto, a autora explora os conceitos bakhtinianos e freireanos que concernem ao campo da linguagem, atentando o olhar à singularidade do diálogo e à sua importância como ponto de partida na construção do conhecimento científico; e, num segundo momento, se debruça sobre as possibilidades de práticas nas salas de aula da EJA, destacando a importância da relação professor-aluno no processo de ensino-aprendizagem. Nas considerações finais estabelece que as práticas de alfabetização da EJA ora pendem para o lado de ações infantilizadas, ora pendem para uma reprodução do Ensino Médio; nesse sentido, destaca a ausência de políticas públicas capazes de valorizar as especificidades da EJA. Além disso destaca a importância da alfabetização como um grande diálogo amoroso, que permita a construção de sentidos a cada educando, e consequentemente, sua pronúncia de mundo.

É no contexto de indefinições que pairam sobre a EJA no atual momento histórico que Julinha Aparecida Andrade de Souza Mello e Mirtes Rose Andrade de Moura Mariani abordam em seu texto “Diversidade no Contexto da educação de Jovens e Adultos” a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino que ultrapassa a concepção de formação para o letramento e deve ser concebida como um processo de formação direcionado à emancipação dos sujeitos. Com base nesse pensamento, discutem como problemática central a necessidade de que a diversidade seja discutida e refletida no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trataram como objetivo geral analisar a questão da diversidade no contexto da educação de jovens e adultos no Brasil. Procederam a um aprofundamento e contextualização histórica sobre a EJA no contexto brasileiro; exploraram aspectos relacionados à diversidade no contexto educacional de jovens e adultos; e, por fim, desenvolveram algumas reflexões sobre a efetivação da EJA e possíveis caminhos para uma escolarização formativa e emancipatória. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do artigo envolveu caráter teórico exploratório, com abordagem qualitativa, consistindo em uma revisão bibliográfica. Verificaram a importância da EJA para a sociedade constatando, porém ainda existirem muitos obstáculos a serem superados para que se torne um espaço de ensino e aprendizagem voltado para a emancipação dos sujeitos, por meio de uma formação ampla, diversa, ética e crítica.

Luiz Felipe Garcia de Senna e Rodrigo Aparecido Ribeiro da Silva nos brindam no capítulo denominado “Avaliação da e para as aprendizagens na Educação de Jovens e Adultos (EJA): mudanças no percurso formativo” com importante debate ainda a carecer de



aprofundamento na EJA. Neste trabalho apresentam reflexões de dois professores de Língua Portuguesa sobre o papel da avaliação das e para as aprendizagens na Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir dos relatos de experiência dos docentes. Consideram tratar-se de uma modalidade de ensino que atende a um público heterogêneo e que o planejamento pedagógico precisa dialogar com isso. A avaliação é uma prática social presente dentro e fora das instituições de ensino, sendo que os alunos da EJA trazem consigo representações baseadas nas vivências anteriores de escolarização. Segundo os autores, cabe, então, ao professor da EJA oportunizar situações diferenciadas de ensino e avaliação que proporcionem novas e boas vivências para os estudantes. A metodologia da produção é qualitativa e a análise foi de caráter descritiva, já que os dados apresentados resultaram das experiências dos professores/autores. Por fim, declaram esperar que o trabalho contribua com as discussões sobre avaliação na EJA e reforce que a modalidade pode e deve ser trabalhada fora de modelos tradicionais, dialogando, assim, com a realidade dos educandos.

No texto denominado “Educação de Jovens e Adultos entre tecnologias digitais e políticas públicas em São Paulo” os autores Rodrigo Martins Bersi e João Paulo Francisco de Souza discutem, com base em análise bibliográfica e documental, aspectos das políticas públicas para a EJA, organizando um conjunto de interessantes reflexões sobre a inter-relação dialética entre as tecnologias digitais de informação e comunicação e a EJA. O artigo reflete criticamente sobre a formação histórica da EJA, analisando com propriedade os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) no estado de São Paulo, as consequências de alinhamento da EJA à Base Nacional Comum Curricular, os limites e as possibilidades da EJA a

Distância e do advento das tecnologias digitais como suportes de linguagem em atividades de letramento digital. Concluem afirmando que a formação histórica da EJA como campo de reflexões teóricas e de políticas públicas revela embates entre concepções nesta área do conhecimento, influenciando a construção curricular, a produção de materiais didáticos, os constructos legais, o financiamento e os objetivos da EJA.

Yngrid Karolline Mendonça Costa e William da Silva Pasini, profissionais de uma rede que desenvolve ações na EJA, buscam na pesquisa acadêmica elementos para (re)pensarem as práticas vigentes, em busca de aperfeiçoamento pessoal e profissional. Com esse intento, buscam na pesquisa bibliográfica, na análise documental e no relato de sujeitos da EJA subsídios necessários para o ensino da leitura e escrita, um campo pesquisado por eles desde a graduação e agora, com experiência em EJA, procuram explorar melhor sobre a compreensão que os alunos matriculados em uma das escolas dessa rede de ensino dissertam a respeito da importância do ler e do escrever para suas vidas, além de compreender os motivos que os levaram à escola novamente. O texto que apresentam traz indicativos relevantes para a organização dos programas de ensino nessa área do conhecimento, sugerindo o cuidado necessário com a percepção dos sujeitos, com o autoconceito que desenvolvem, com o resgate de sua identidade cultural e histórias de vida.

Como encaminhamento à guisa de conclusão da apresentação da obra, cumpre estabelecer, portanto, sua persecução na definição e consideração das motivações que levam jovens e adultos à escola, marcando a postura frente aos conhecimentos, bem como as formas de percepção da realidade. A diversidade de interesses, costumes,

valores e atitudes são identificadas, por vezes, como elementos que dificultam as relações pessoais e o próprio desenvolvimento da aula. Desconsiderar a diversidade cultural e a singularidade dos sujeitos da EJA pode fazer com que qualquer situação fora de um padrão previsto seja tratada como desvio, como problema do educando, e não um desafio político-pedagógico para a escola.

Reconhecer a diversidade e a singularidade com vistas ao acolhimento dos jovens e adultos da EJA requer da instituição escolar despir-se de preconceitos, ter disponibilidade, munir-se de informações, propiciar reflexões e, caso necessário, buscar ajuda de outros profissionais e instâncias da sociedade civil.

Contribuir para o desenvolvimento das potencialidades dos jovens e adultos da EJA pressupõe o respeito às suas necessidades específicas e aos saberes construídos ao longo da vida. Não se trata de preencher vazios daquilo que não estudaram quando crianças, mas de proporcionar aprendizagens que possibilitem a maximização de seu desenvolvimento intelectual, para a efetiva compreensão da realidade vivida com vistas à sua transformação.

É pelo estímulo, pela valorização e pela oferta de subsídios para enriquecimento das manifestações e produções dos alunos que se pode contribuir para que eles se reconheçam como produtores de cultura, como sujeitos de direitos.

Acolher os sujeitos da EJA é tarefa complexa que envolve lidar com emoções, motivações, valores e atitudes, responsabilidades e compromissos. Impõe valorizar os conhecimentos que trazem para a escola, o processo de socialização nas situações de ensino e de aprendizagem, as dúvidas, as inquietações, as realidades sociocul-

turais, a jornada de trabalho sempre exaustiva e os eventuais desencontros de trajetórias escolares anteriores.

O sujeito educando da EJA é alguém que evolui e se transforma continuamente; seu processo de desenvolvimento intelectual relaciona aprendizagem, interação com o meio social e os processos de mediação. Por vezes, o seu autoconceito minimiza suas próprias capacidades, manifesta insegurança, teme ser ridicularizado e se declara incapaz de aprender. E tem pressa, mantendo com o conhecimento uma relação imediatista, geralmente desconsiderando aquilo que não vê como de utilidade imediata.

Para ensiná-los impõe-se um professor que reconheça a atualidade do legado da EJA, seja capaz de refletir sobre a sua singularidade, pense a educação como direito humano e como ato de humanização. E que seja epistemologicamente curioso, como diria Paulo Freire...

Por fim, esperamos que o livro possa contribuir para o debate sobre a EJA, estimulando a reflexão de gestores, docentes, discentes e outros estudiosos acerca de uma problemática educacional a exigir diversos olhares para melhor encaminhamento.

Desejamos uma boa leitura a todos.

*José Carlos Miguel*  
*Rodrigo Martins Bersi*  
Organizadores

